

PETROPOLITANAS

Gabriel Rattes/CM



Mais uma vez o município não conseguiu atuar sozinho

Judiciário é novamente acionado em meio à crise

Mais uma vez, foi necessária a intervenção da Justiça para que o transporte público de Petrópolis voltasse a funcionar, neste caso, literalmente. A decisão reforça o protagonismo do Judiciário e evidencia a recorrente necessidade de sua atuação no município. Embora a cidade tenha um prefeito, o cenário atual permite uma comparação com situações excepcionais, como no Governo do Estado do Rio, quando o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assumiu interinamente o Executivo. A analogia surge diante da incapacidade dos órgãos responsáveis de resolver a crise de forma autônoma. Isso porque a CPTrans não conseguiu intervir com efetividade para garantir a retomada da operação dos ônibus.

Faltou efetividade da CPTrans

Isso porque a CPTrans não conseguiu intervir com efetividade para garantir a retomada da operação dos ônibus. Diante desse quadro, foi necessária, mais uma vez, a atuação do Judiciário para assegurar o funcionamento de um serviço essencial. Cabe ressaltar que, a decisão de reajuste no valor dos ônibus, a caducidade da Cascatinha e Petro Ita, também necessitaram da Justiça atuando na pauta do transporte público do município.

Ascom/CMPT



Pedido de apuração foi enviado por Sampaio ao MPT

Representação no MPT

Enquanto a operação do transporte público não é totalmente retomada, o vereador Octavio Sampaio enviou uma representação ao Ministério Público do Trabalho (MPT), solicitando a abertura de um inquérito civil contra a empresa Turp. O pedido tem como base as irregularidades relatadas pelos trabalhadores. De acordo com o parlamentar, o não repasse de valores descontados para pensão alimentícia pode resultar em prisão indevida dos funcionários, já que o desconto é feito em folha, mas, segundo as denúncias, não estaria sendo encaminhado às beneficiárias.

Fim do prazo de inscrição na Unifase

Os estudantes interessados em ingressar no curso de Medicina da UNIFASE/FMP utilizando a nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) devem ficar atentos ao calendário: o prazo para manifestar interesse termina no dia 27 de abril. O processo seletivo é voltado para o ingresso no segundo semestre deste ano. As inscrições devem ser realizadas pelo site <https://www.unifase-rj.edu.br>.

Caminhada

A 13ª Caminhada Azul de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi realizada neste domingo (26), no Centro de Petrópolis. Promovido pelo Grupo Amigos do Autista de Petrópolis (GAAPE) em parceria com a Prefeitura de Petrópolis, o evento mobilizou famílias e instituições em apoio à causa.

Visibilidade

A caminhada teve início na Praça Dom Pedro e seguiu até o Palácio de Cristal. O movimento de visibilidade e inclusão contou com o apoio da Prefeitura de Petrópolis, por meio das secretarias de Saúde, Assistência Social, Educação e da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Doenças Raras.

Inclusão

Para a fundadora do GAAPE, Márcia Loureiro, a caminhada representa a união de toda a rede de apoio à causa. "Esse é um movimento legítimo da causa Azul em Petrópolis. São 26 anos de luta e conquistas, e é muito significativo estarmos aqui mais uma vez, dando visibilidade ao autismo e celebrando essa trajetória", afirmou.

Saúde I

Um trabalho desenvolvido pela rede pública de saúde de Petrópolis foi selecionado para a 6ª Mostra Estadual de Práticas de Saúde do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS-RJ). A iniciativa foi apresentada por meio da plataforma IdeiaSUS-Fiocruz, espaço que reúne experiências bem-sucedidas desenvolvidas por unidades do SUS no país.

Saúde II

"Áreas técnicas de saúde em Petrópolis/RJ: fortalecendo e inovando as políticas públicas de saúde" destaca o papel das áreas técnicas na construção de políticas públicas mais integradas, resolutivas e alinhadas às necessidades da população. A iniciativa foi da coordenadora das Áreas Técnicas, Maria Eduarda da Silva Possato.

Saúde III

O trabalho desenvolvido em Petrópolis recebeu nota máxima e ficou entre os 24 selecionados para apresentação, evidenciando o reconhecimento das ações desenvolvidas no município. Ao todo, foram inscritos 178 trabalhos de diferentes cidades do Estado do Rio de Janeiro. A apresentação acontecerá na terça-feira (28



Setranspetro alega ameaças e manifestações

Operação segue irregular, mesmo com decisão

Paralisação chega ao quinto dia e impacta os petropolitanos

Por Richard Stoltzenburg

Mesmo após decisão judicial que determinou a circulação mínima da frota, o transporte público continua irregular no município. No último domingo (26), apenas 16 linhas da empresa iniciaram operação, bem abaixo do exigido pela Justiça.

A determinação, assinada pelo juiz de plantão Márcio Olmo Cardoso na sexta-feira (24), obriga a circulação de pelo menos 80% da frota nos horários de pico (das 6h às 9h e das 17h às 20h) e 60% nos demais períodos. O descumprimento pode gerar multa diária de R\$ 50 mil.

A paralisação começou após funcionários denunciarem falta de pagamentos e descumprimento de direitos trabalhistas. Entre os problemas apontados estão: ausência de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), atrasos no pagamento de férias, do adiantamento salarial e do vale-refeição. O adiantamento salarial e o vale-refeição foram pagos na sexta-feira (24).

Os rodoviários também afirmam que valores descontados para pensão alimentícia não estariam sendo repassados às beneficiárias. Outro ponto envolve o chamado "crédito do trabalhador" (empréstimo consignado, com desconto direto em folha): segundo os funcionários, os valores estariam sendo descontados, mas não repassados às instituições financeiras, o que tem gerado cobranças duplicadas aos trabalhadores.

De acordo com a decisão judicial, a paralisação da frota operada pela empresa TURP Transporte Urbano S/A ocorreu sem aviso prévio mínimo de 72 horas e sem a manutenção de um percentual mínimo de veículos em circulação, o que contraria a legislação sobre greve em serviços essenciais. A decisão também proíbe o sindicato de realizar ações que impeçam a circulação dos ônibus, como bloqueios de garagens ou vias.

Manifestações

Segundo o Setranspetro, a operação não foi normalizada devido às manifestações que estariam impedindo a circulação dos ônibus. A entidade cita ainda relatos de hostilidade e ameaças contra rodoviários, inclusive em bairros.

A empresa informou que, no domingo (26), organizou apoio com a CPTrans e a Polícia Militar para garantir condições de retorno dos profissionais ao trabalho, diante dos protestos.

A decisão prevê multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento, tanto para o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Petrópolis quanto para a empresa responsável. Na ação, o município argumenta que a paralisação afeta milhares de moradores, principalmente em distritos como Itaipava e Posse, prejudicando o acesso ao trabalho, à saúde e à educação.

Questionado sobre as pendências apontadas pelos rodoviários, o Setranspetro não se pronunciou.